

**Brasil**

**Contas públicas** Despesa estadual com ensino e segurança recua em 2020

# Educação cede espaço para saúde no gasto de Estados

Marta Watanabe  
De São Paulo

Com a pandemia, Estados deram prioridade para assistência social e saúde, áreas em que as despesas tiveram crescimento real em 2020, ao contrário de educação e segurança pública, nas quais a evolução dos gastos perdeu para a inflação de 4,52%.

Como a despesa total do orçamento caiu 4,5% reais, saúde e assistência ganharam mais espaço nesses gastos. Essas áreas avançaram de 11,6% em 2019 para 13,4% no ano passado, o que significou R\$ 12,8 bilhões a mais em despesas, no agregado de 25 Estados e do Distrito Federal, em termos reais. A educação perdeu parte do quinhão, com queda de 12,4% para 11,8%. A segurança pública ficou praticamente estável, com aumento de apenas 0,1 ponto percentual na fatia de 8,7% em 2019. As despesas consideram gastos totais, incluindo pessoal, custeio e investimento.

Pressionados, os gastos empenhados com saúde no ano passado

avançaram 10,8%, enquanto os de assistência social subiram 17,2%, em termos reais no conjunto dos entes, sempre em comparação a 2019. A segurança teve queda de 3%, e a educação, de 9,2%.

Embora se refiram apenas ao início do ano, quando as despesas geralmente ainda estão em ritmo mais lento, os dados do primeiro bimestre de 2021 indicam que os gastos com saúde e assistência social devem manter-se pressionados. Dados do conjunto de 24 Estados e do Distrito Federal mostram avanço de 6% reais nos gastos liquidados na saúde e de 14,2% na assistência social, contra igual período de 2020, período ainda sem efeitos da pandemia. As atualizações consideraram as variações de IPCA. Todos os dados basearam-se nos relatórios entregues à Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

Analistas e representantes de Estados acreditam que os gastos em saúde e assistência devem se manter altos neste ano, ao mesmo tempo em que os de educação podem se recuperar, seja em razão de retorno de aulas presenciais, seja

por mudanças no critério de contabilização da destinação mínima constitucional para a área.

Ana Carla Abrão, sócia da Oliver Wyman e ex-secretária de Fazenda de Goiás, lembra que a tendência de elevação de gastos com saúde é anterior à pandemia em razão de questões estruturais, como o envelhecimento da população. "Não vejo reversão nisso, até porque há repesamento de procedimentos para outras doenças."

Kleber Castro, economista e sócio da Finance Consultoria, diz que gastos com assistência e saúde certamente irão pressionar os governos subnacionais e é possível que isso suscite um movimento por transferências de recursos da União. Por enquanto, diz ele, há relatos de entes com recursos em caixa em razão das transferências federais em 2020 e de arrecadação com boa evolução nos primeiros meses deste ano, embora os efeitos das medidas mais restritivas de isolamento social possam afetar as receitas a partir de maio.

Caso haja um movimento de solicitar recursos à União, diz Ana

Carla, deve ser atribuído às dificuldades estruturais anteriores e não exatamente à crise sanitária. Para ela, com a pandemia, a solução para essas questões deve ficar para o próximo mandato. "Há Estados que fizeram reformas, mas quem não fez não tem mais como fazer e outra vez entraremos em novo ciclo eleitoral sem enfrentar isso."

Rogelio Pegoretti, secretário de Fazenda do Espírito Santo, diz que os gastos estaduais em educação tenderam a cair em 2020 em razão do fechamento das escolas, com a suspensão das aulas presenciais, o que resultou em redução de gastos com transporte escolar, merenda e contratos temporários. Este ano, porém, o Estado deverá ampliar os recursos para a educação, explica, por determinação da emenda constitucional do Fundeb. O aporte do governo à previdência dos professores inativos, explica, não poderá mais ser contabilizado para cumprimento do mínimo constitucional para educação. O que se planeja, diz, é que a ampliação de recursos seja usada em investimentos e não em custeio.

## Gastos dos Estados

Por despesas selecionadas em 2020 - em R\$ bilhões\*



Ao mesmo tempo, destaca o secretário, a saúde deve demandar mais recursos financeiros do que em 2020 em razão do recrudescimento de casos de covid-19. A assistência social, aponta, também continua como área de atenção. Entre outras medidas, ressalta, o governo capixaba anunciou o pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 200 mensais em três parcelas, num programa que deve beneficiar cerca de 100 mil pessoas.

A arrecadação estadual de ICMS fechou o primeiro trimestre no Estado com alta nominal de 16% em relação a igual período de 2020. Apesar do bom desempenho, diz Pegoretti, há incerteza em relação à evolução da pandemia e cautela constante. Segundo ele, caso não sejam oferecidos recursos extraordinários para o combate à covid-19 pela União neste ano, o Estado teria recursos para suportar os gastos. A dificuldade atual, diz, está na falta de insumos e de profissionais

de saúde disponíveis.

George Santoro, secretário de Fazenda de Alagoas, diz que o Estado também deve aplicar mais recursos com educação em razão da mudança do Fundeb. Segundo ele, serão cerca de R\$ 500 milhões a mais a serem aplicados neste ano em programas voltados à educação da primeira infância e também em projetos de qualificação do servidor da educação, entre outros.

Para Santoro, não há muita possibilidade de os Estados solicitarem neste ano recursos extras da União para combate à covid-19 porque o governo federal não tem espaço fiscal para isso. O Estado, diz ele, já teve no primeiro bimestre deste ano elevação de mais de 60% nos gastos liquidados da área de saúde em razão também do custeio de hospitais inaugurados em 2020. As obras, porém, diz, já estavam planejadas antes da pandemia e os recursos para arcar com o aumento das despesas também.

# Arrecadações estaduais crescem no primeiro bimestre

Lu Aiko Otta  
De Brasília

A maior parte dos Estados apresentou crescimento na arrecadação nos dois primeiros meses de 2021 em comparação com igual período do ano passado, segundo dados do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) com foco nas unidades da Federação. O relatório foi divulgado ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Com isso, o resultado da execução orçamentária no período foi melhor do que a vista em

2020. Entretanto, os Estados acumulam despesas a pagar em volumes elevados.

De acordo com dados do RREO, apenas três Estados — Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Espírito Santo — apresentaram queda na arrecadação no período. Nos três casos, a redução foi de 2%. Os demais obtiveram crescimento na faixa dos 10%, com Sergipe e Acre registrando os maiores avanços: 17% nos dois casos. Em São Paulo, a alta foi de 4%. Rio Grande do Norte não apresentou as informações no prazo.

As despesas, por sua vez, recuaram em 11 Estados, com quedas de até 18%, caso de Alagoas. Em São Paulo, a redução foi de 17%, e, no Rio de Janeiro, de 13%. Já Sergipe registrou alta de 26% nas despesas, e Maranhão, 23%.

Com isso, a mediana do resultado orçamentário, que corresponde à diferença entre as receitas realizadas e as despesas liquidadas ficou em 35% da Receita Corrente Líquida (RCL) dos Estados no primeiro bimestre de 2021. Em igual período do ano passado, a mediana foi de 29% da RCL. A mediana dos resultados

primários ficou em 34% neste ano, ante 25% em 2020.

O Tesouro Nacional esclareceu que a RCL é calculada considerando-se a soma as receitas arrecadadas nos 12 meses encerrados no mês de referência. Mas, para a realização do RREO divulgado ontem, foram consideradas apenas as receitas de janeiro e fevereiro de 2021.

Os números do RREO mostram que o grosso da despesa dos Estados é com o pagamento dos próprios funcionários públicos. No Rio Grande do Sul, os gastos com pessoal e encargos

consumiram 73% das receitas no período. Em Mato Grosso do Sul, foram 67%. Essas são as maiores taxas observadas. As menores estão em Roraima (33%) e Maranhão (36%).

Os investimentos realizados no período foram muito baixos. As maiores taxas, de 4% das receitas, foram observadas no Espírito Santo e no Pará.

Há déficit no sistema previdenciário dos funcionários na maior parte dos Estados. O rombo chega a 19% das receitas no Distrito Federal e 18% no Rio Grande do Sul. O maior superávit

registrado está no Piauí, com 8%.

Há volumes expressivos de obrigações financeiras pendentes nos Estados, mostra o RREO. No caso do Amapá, a soma de restos a pagar liquidados e não pagos no primeiro bimestre corresponde a 318% da receita total. Em Minas Gerais, são 258%. No Rio Grande do Sul chegam a 141%, e no Rio de Janeiro, a 108%. Nas demais unidades da Federação, as pendências são inferiores a 100% das receitas. As menores taxas estão no Ceará, na Bahia e no Pará, com 5%.